CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ATA N.º 22/2021

------- Ata da reunião ordinária realizada aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um. ----------

------- Aos três dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal de Manteigas, sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Flávio Miguel Tacanho Massano, encontrando-se igualmente presentes os Vereadores, Senhores Tomé Isento Branco Lopes, Sérgio Daniel Paiva Marcelo, Ana Maria Saraiva de Matos e Nuno Manuel Matos Soares. ----------

------- Sendo cerca das catorze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião.----------

------- De conformidade com o art.º 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ordem do dia estabelecida para a presente reunião inclui os seguintes assuntos:----------

1. **Período Antes da Ordem do Dia.**
2. **Ordem do Dia.**
   - 2.1. **Deliberação sobre a adjudicação da empreitada "Estrada Verde Manteigas / Covão da Ponte" (Concurso Público).**
   - 2.2. **Deliberação sobre isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público (esplanadas), correspondente aos períodos de confinamento (COVID-19).**
   - 2.3. **Deliberação sobre o compromisso plurianual – Aquisição de serviços de higiene, saúde e segurança no trabalho para o triénio 2022/2024.**
   - 2.4. **Deliberação sobre a designação do representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.**
   - 2.5. **Deliberação sobre o edital referente à hasta pública para locação de dois espaços destinados a bar, sitos no Pavilhão Municipal, no âmbito do "Mercadinho de Outono – Manteigas 2021".**
   - 2.6. **Votação das deliberações a tomar em minuta para produzir efeitos imediatos.**

Período Antes da Ordem do Dia.----------

------- O Senhor Presidente, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Informou que ainda não tinha sido possível trazer à apreciação da Câmara o novo Regimento, uma vez que tinha decorrido poucos dias úteis desde a última reunião. O documento está a ser ultimado, prevendo-se que na próxima reunião já seja possível trazê-lo para discussão e votação do Órgão Executivo. ----------

Deu nota que ia começar por dar respostas às questões que foram levantadas na última reunião. No âmbito das questões suscitadas pelo Senhor Vereador Nuno Soares, indicou que

relativamente ao Orçamento Participativo ainda não tinha conseguido fazer a recolha de todas as candidaturas apresentadas, contudo no que respeita ao ano de 2021 deram entrada no Município duas propostas, ambas chumbadas na fase preliminar. ----------

Uma das proposta foi apresentada pelo Geopark Estrela e visava a criação de melhores acessos ao Fragão do Corvo. Tal proposta foi rejeitada por ter sido apresentada por uma entidade e não um privado, pois segundo o disposto no n.º 01 do artigo 5º do respetivo Regulamento, apenas podem participar no Orçamento Participativo qualquer cidadão ou grupo de cidadãos recenseados, naturais ou residentes. ----------

Na dua opinião trata-se de uma proposta interessante, uma vez que o Fragão do Corvo é um ponto turístico do concelho, que cada vez mais é procurado por quem nos visita, e cujo acesso não é fácil. Considerou que poderá ser uma proposta para a Câmara assumir no futuro ou para um privado poder apresentar numa nova versão da mesma. ----------

A segunda candidatura também foi rejeitada por estar mal instruída e por conter pouca informação. Tratava-se de um Festival de Arte Urbana, que foi apresentada pela munícipe Joana Domingos. Recordou que esta proposta acabou por levantar um certo celeuma, aquando da pintura do mural da entrada da vila, efetuada pelo Município, visto que tal ideia também tinha sido proposta pela cidadã supracitada. ----------

Explanou que há um levantamento de várias candidaturas, que apesar de terem tido acolhimento no âmbito do Orçamento Participativo, mas que não tiveram execução, umas porque a verba que estava atribuída apenas permitia a realização do estudo, e outras porque a verba disponível não era suficiente para a execução de toda a obra. ----------

Aludiu que, embora não tenha sido possível recolher toda a informação sobre essa matéria, desde a última reunião, mas que se ia diligenciar nesse sentido, uma vez que, o próprio orçamento tem as rúbricas abertas para esse fim, logo tem de se perceber como se vai agir. ----

No que concerne ao despacho de nomeação do Senhor Vice-Presidente e à delegação de pelouros, tal como já tinha referido, ainda está a ser analisada a situação. ----------

Em relação ao contrato de Ski Parque aludiu que, em traços gerais, também já tinha informado em que parte do contencioso se situa o processo, sendo que se está a aguardar a resposta ao recurso apresentado pelo concessionário, portanto até esse momento não se fará mais nada. ---

No que diz respeito ao ponto de situação do Centro de Energia Viva de Montanha, informou que os procedimentos estão concluídos e apenas faltam executar alguns acabamentos, assim como há, ainda, equipamentos em falta. ----------

Foi solicitada uma reunião com a Universidade da Beira Interior (UBI) para se perceber o ponto de situação. No que concerne à exploração e gestão do espaço, bem como da possibilidade de

ser integrado na rede do Centro de Ciência Viva, são temas que se encontram ainda por solucionar, mas que serão abordados na reunião com a UBI. ----------

Em relação às questões suscitadas pelo Senhor Vereador Tomé Branco, sobre o concurso da Fonte Paulo Luís Martins, deu nota de que o mesmo ficou deserto, cabendo agora ao novo Executivo decidir se abre um novo procedimento e se pretende mexer nas peças concursais existentes. Explanou que, no momento, não dispunha de mais dados sobre esse tema, contudo fazia votos que na próxima reunião já consiga prestar mais informações sobre o mesmo.----------

No que diz respeito ao apoio aos empresários, no âmbito da doença COVID-19, explicou que não foi enviada para os Senhores Vereadores a tramitação do processo, pois só nesta data foi concluída a recolha dessa informação. Segundo a informação prestada pelo serviço competente, o Município de Manteigas recebeu e admitiu seis candidaturas, até à data de 05 de outubro de 2021 (data limite para apresentação das candidaturas). ----------

Portanto, houve seis candidaturas, de seis entidades. No total, prevê-se um apoio de cerca de dez mil euros (10.000,00€), uma vez que as entidades em causa, no conjunto, asseguraram dez postos de trabalho durante esse período. Cinco empresas asseguraram, cada uma, um posto de trabalho e houve um empresário que assegurou cinco postos de trabalho. É ainda informado que foram verificados os documentos obrigatórios das diversas candidaturas, sendo que há uma candidatura que embora tenha enviado a documentação solicitada, ainda assim, foi-lhe pedido que remetesse mais um documento para comprovar uma determinada situação. Concluiu que, em princípio, todas as candidaturas serão aprovadas. ----------

Neste momento, encontra-se em fase de elaboração as propostas de decisão, devendo estas serem apresentadas até ao dia 05 de novembro, ou seja, o processo ficará concluído na semana em curso. Mais informou, que os processos encontram-se disponíveis para consulta no gabinete de Apoio ao Investimento. ----------

Do seu ponto de vista, o montante total envolvido, neste processo, corrobora a decisão da Câmara em abrir um novo concurso, uma vez que estava prevista em orçamento uma verba de trezentos mil euros (300.000,00€), logo há uma folga de duzentos e noventa mil euros (290.000,00€). Por outro lado, o próprio Regulamento prevê que havendo orçamento se possa abrir uma nova candidatura. ----------

Relativamente ao Orçamento de 2022, aludiu que foi pedida, pelo Senhor Vereador Tomé Branco, a receita média dos últimos dois anos. Segundo a informação prestada pelos serviços, a mesma rondou os cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil euros (5.425.000,00€). Em relação à execução não foi recolhida essa informação, pois é algo que se pode tirar ao dia, mas pelo que tem conhecimento não é a melhor. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------ O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares informou que recebeu a informação relativa à execução das GOP's, tendo informado que é de 13,34%, sendo que poderia reencaminhar essa informação para os restantes membros do Executivo. ----------

------ O Senhor Presidente explanou que ainda há trabalhos a decorrer que vão melhorar essa execução, contudo não irão elevar a execução para o patamar que todos gostariam. ----------

No que concerne à questão suscitada pela Senhora Vereadora Ana Matos, sobre o levantamento das associações que pagam taxas municipais de utilização do pavilhão, deu nota que não foi possível fazer esse levantamento, contudo para se isentar todas as associações do concelho ter-se-ia que se rever o Regulamento em causa. Por outro lado, a resposta que tem sido dada, perante a solicitação de cada entidade, tem sido célere. ----------

Explanou que, embora o pedido de isenção de taxas de utilização do pavilhão seja algo que todos os anos as entidades têm de requerer à Câmara, ainda assim, considera-se que é uma decisão que prossegue melhor o interesse público, quer ao nível de gestão da agenda de utilização do pavilhão, quer no sentido de se perceber se esse equipamento está a ser utilizado da melhor forma, indo assim de encontro à prossecução do interesse público. ----------

Recordou que é uma prioridade deste mandato mexer nos regulamentos, tentando agrupar alguns deles num só, criando normas gerais. A título de exemplo, referiu que não faz sentido que haja um regulamento para o apoio ao idoso, um regulamento para o cartão júnior, um regulamento para a pessoa com deficiência, quando existem formas jurídicas de contemplar todos esses documentos num só regulamento, que contemplará uma parte de âmbito geral, que são as normas aplicadas a todos esses regulamentos e depois terá secções ou capítulos aplicáveis a cada associação. ----------

Explicou que esse é um trabalho que vai demorar algum tempo. Neste momento, segundo a informação que lhe foi prestada, é mais prudente conceder a isenção caso a caso. ----------

Fez circular pelos Senhores Vereadores o projeto relativo à requalificação da Casa do Povo, aprovado pelo Órgão Executivo na última reunião. Sublinhou que o Município não é obrigado a manter o projeto que foi submetido em sede de candidatura, uma vez que a mesma não foi aprovada, logo será o Município que irá pagar a execução da obra. Portanto, poderá fazer daquele espaço aquilo que considerar ser mais oportuno. ----------

------ O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes tomou a palavra, cumprimentou todos os presentes. Indicou que relativamente às questões suscitadas por si, na última reunião, fica a aguardar a resposta, visto que a questão relativa à Fonte Paulo Luís Martins é muito pertinente, bem como a tramitação de todo o processo, de modo a se esclarecer com documentação a forma como o mesmo decorreu. ----------

Avocou que à semelhança da requalificação da Casa do Povo, também a requalificação do Auditório Municipal foi objeto de uma candidatura. Fez alusão que o Senhor Presidente, na última reunião, tinha dado conhecimento, ao Órgão Executivo, de que a candidatura relativa ao projeto da Casa do Povo seria reprovado. Nesse contexto, gostaria de saber se a candidatura referente ao Auditório Municipal também está nessas condições, ou são ambos projetos que vão ficar para situações de excedentes, portanto candidaturas *overbooking*. ----------

------ O Senhor Presidente tomou a palavra, anuiu que ainda não foi possível compilar toda a informação relativa ao processo da Fonte Paulo Luís Martins, contudo esse é um assunto que virá à apreciação do Órgão Executivo, no sentido de se tentar chegar a um consenso, que o anterior Executivo, talvez, não tenha conseguido alcançar. Declarou que, certamente que o objetivo da Câmara é que o concurso seja bom para Manteigas. ----------

Refletiu que se do Executivo não sair um documento, elaborado conjuntamente pelos cinco elementos deste órgão e com o qual se sintam confortáveis, quando o mesmo for submetido à apreciação da Assembleia Municipal, a discussão desse documento será um eco daquilo que a Câmara avocar. ----------

Fez alusão que, na última reunião, o Senhor Vereador Tomé Branco tinha referido que este processo pode trazer desenvolvimento económico à Vila de Manteigas, em termos de postos de trabalho e de lucros, sendo algo que todos desejam que aconteça. ----------

Sublinhou que o processo da Fonte Paulo Luís Martins teve inúmeras revisões, não tendo tido ainda a oportunidade de se debruçar sobre o mesmo, por isso desconhece se aquilo que foi remendado foi para melhor ou para pior. Concluiu que o melhor será ler-se todo o processo, e como tal deve ser enviado, para todos os membros do Executivo, as várias versões do caderno de encargos e programa de concursos, de modo que quando se for apreciar o assunto não se retroceda e volte a um ponto em o processo já teve.----------

------- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes considerou que antes deste assunto ser agendado em ordem de trabalhos, deve haver uma reunião preliminar, para a Câmara poder discutir essa matéria. ----------

------- O Senhor Presidente declarou que ia solicitar aos serviços competentes do Município, que disponibilizem todo o histórico do concurso supracitado. ----------

Em relação à candidatura da Casa do Povo, esclareceu que o Município ainda não recebeu o resultado oficial, apenas se teve a indicação de que há um requisito essencial para a respetiva aprovação, que se prende com a classificação dos monumentos/edifícios, em suma, os mesmos têm de ser edifícios classificados de âmbito nacional. ----------

Tanto o Auditório Municipal como a Casa do Povo não são edifícios de âmbito nacional, portanto quer um, quer o outro, não vão ter os requisitos para a respetiva aprovação, ainda por cima foram candidatadas em *overbooking*. ----------

Informou que as candidaturas encontram-se fechadas, Nesta data, em conversa com o Senhor Secretário Executivo da CCDR, foi-lhe dito que mesmo que os projetos sejam aprovados, não vai haver dinheiro para a execução de todos, pois a região Centro tem oito ou nove CIM's, tendo sido candidatados em *overbooking* cerca de duzentos milhões de euros (200.000.000,00€) e só há sessenta milhões de euros (60.000,00€) disponíveis para distribuir pelos Municípios. ----------

Em suma, haverá muitas candidaturas, tais como as do Município de Manteigas, que vão ficar de lado. Depois, há outra questão de extrema importância, que é o nível de maturidade destes projetos, visto que a CCDR necessita de ter execução até 2023, logo irá pegar nos projetos que estão mais desenvolvidos. ----------

Explanou que se a Câmara aprovou o procedimento respeitante à Casa do Povo, porque existia o perigo iminente de derrocada, no caso do Auditório Municipal, embora o edifício tenha aspetos que necessitam de serem mudados, contudo não se verifica essa prioridade de investimento, sem que o Município tenha primeiro garantido o financiamento para o efeito. Concluiu que, infelizmente, as duas candidaturas estão na mesma situação. ----------

------ O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares, no uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. Começou por dizer que pretendia abordar uma situação que se prende com uma das competências que foi delegada no Senhor Presidente, mais especificamente com a sinalização de trânsito e estacionamento de veículos na via pública. ----------

Aludiu que o Senhor António Abrantes tem uma placa de estacionamento reservada a deficientes junto à sua residência, que não está devidamente homologada. A referida placa já se encontra naquele local há mais de trinta anos, mas como não está homologada há sempre quem que repara nesses pormenores, para se valerem da situação e acharem que aquele espaço é lugar de estacionamento comum. ----------

Considerou ser, acima de tudo, uma falta de civismo, pois todos conhecem a situação do Munícipe em causa. Face ao exposto, deixou o apelo para que a referida placa de estacionamento reservada a deficientes seja substituída por outra placa devidamente homologada e cadastrada pela Câmara Municipal, no sentido de aquele local poder ser ocupado por quem realmente necessita dele. ----------

Referiu que um outro assunto que pretendia abordar prende-se com a Escola Profissional de Hotelaria de Manteigas (EPHM). Deu nota que, nesta data, visitou a referida escola, tendo falado com a Senhora Diretora, com o objetivo de perceber quais as reais dificuldades que este estabelecimento de ensino enfrenta. ----------

Para além dos problemas já conhecidos em ternos de infraestruturas, ao longo da conversa com a Senhora Diretora da EPHM, verificou que desde que foi criada a nova associação, ainda não há corpos sociais instituídos e os únicos dois membros são o Turismo de Portugal e a Câmara Municipal. Em suma, não há uma formalização dos órgãos sociais e não há uma delegação de competências na escola. ----------

Pelo que percebeu a escola está a funcionar num regime precário, através de uma procuração passada pelo anterior Presidente da Câmara, para que a Senhora Diretora possa desenvolver o seu trabalho. Demonstrou a sua preocupação perante tal situação, pois tem sérias dúvidas quanto à legalidade da mesma. Sublinhou que está em causa um problema de responsabilidade financeira, que pode originar numa situação muito complicada, quer para a Senhora Diretora da EPHM (que está a desempenhar as funções o melhor que sabe e que pode), quer para o Município de Manteigas. ----------

Nesse sentido, é premente olhar-se para este assunto com cuidado e tentar-se resolver a situação o mais rápido possível, pois com a atual situação é possível que um dia venham a ter problemas graves, sendo que não queria que alguém, por ter feito as coisas o melhor que sabia, venha depois a ter problemas de outra ordem. ----------

Solicitou que fosse facultada cópia dos Estatutos, tendo considerado que este assunto deveria ser agendado numa próxima reunião, no sentido de o Órgão Executivo poder debater esta matéria com mais cuidado. ----------

------- O Senhor Vereador Sérgio Daniel Paiva Marcelo fez uso da palavra, cumprimentou todos os presentes. No que diz respeito à questão suscitada pelo Senhor Vereador Nuno Soares sobres as placas de sinalização vertical, informou que as mesmas já foram adquiridas, quer para sanar a situação do Senhor António Abrantes, quer para dar cumprimento à solicitação da Farmácia Ascensão e da Farmácia Bráulio Monteiro. No caso das farmácias será permitida uma paragem de trinta minutos. Explanou que, neste momento, apenas se aguarda que a sinalização vertical fique disponível para ser colocada. ----------

------- O Senhor Presidente esclareceu que as placas de sinalização vertical que serão colocadas em frente às farmácias se destinam a garantir o estacionamento de trinta minutos somente para pessoas com dificuldade de mobilidade. ----------

------- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes interpelou se a referida sinalização vertical contemplará um horário definido. ----------

------- O Senhor Presidente anuiu que essa é uma questão pertinente, uma vez que à noite às farmácias podem estar fechadas. Esse é um tema que terá de ser analisado e pedida a opinião técnica do Senhor Engenheiro João Gabriel, no sentido de se perceber se em Manteigas há outras situações semelhantes. ----------

No que concerne à EPHM, concordou com o Senhor Vereador Nuno Soares. Explanou que, desde que tomou posse, que tem tentado se debruçar sobre este assunto, inclusivamente, já deu instruções para se convocar a Assembleia Geral, com vista a se elegerem os órgãos sociais. Confessou que ao analisar o processo surgiu-lhe uma dúvida de interpretação dos Estatutos. É referido que o Presidente da Escola é o Presidente da Câmara Municipal, contudo depois há elementos dos órgãos sociais que são eleitos pela Assembleia Geral e pelo Município. No seu entendimento, os Estatutos não são claros quando referem que é o Município que nomeia, portanto a dúvida centra-se em saber se a competência é da Câmara Municipal ou da Assembleia Municipal. ----------

Garantiu que o documento relativo aos Estatutos será remetido para os Senhores Vereadores. -

Louvou e saudou a visita que o Senhor Vereador Nuno Soares fez à EPHM, visto que os cinco elementos do Executivo têm a mesma responsabilidade, sendo que desta forma o Senhor Vereador também tomou conhecimento do estado precário em que se encontra esse estabelecimento de ensino, não só a nível jurídico, mas ao nível das infraestruturas. ----------

O problema está identificado, contudo a questão que se levanta é por onde começar, pois são tantos os problemas que aí se verificam. A escola tem cerca de vinte painéis solares, nenhum funciona; há problemas com a canalização e com a chuva. No edifício do meio, se se subir ao último andar, pode-se constatar que há baldes espalhados por todo o piso, para aparar a água das chuvas; as paredes estão todas rachadas. A caixilharia das janelas são em madeira, logo não há qualquer tipo de eficiência energética.----------

Por outro lado, há problemas de integração de alguns alunos de outra nacionalidade, verificando-se conflitos entre eles, sendo que a GNR tem sido chamada a intervir em algumas situações. Esses alunos não querem voltar para o país de origem, após o términus do curso, mas também não ficam em Manteigas. ----------

Sublinhou que Manteigas tem capacidade para dar trabalho a essas pessoas e, nos últimos anos, tivemos entre trinta e cinquenta pessoas de outros países a estudar na EPHM, contudo não se conseguiu que nenhuma dessas pessoa se fixasse em Manteigas. Segundo a informação prestada pela Senhora Diretora, apenas uma regressou ao seus país de origem, o que significa que esses jovens ficam em Portugal, mas o concelho não teve, ainda, a arte e o engenho de os cativar a ficar cá. ----------

Lançou o desafio no sentido de o Município poder criar um programa que envolva esses jovens nas atividades do concelho, nas associações. Nesse sentido, disse que também já passou esta informação ao Gabinete Social para se perceber como é que no Orçamento de 2022 pode contemplar algo que permita acarinhar estes jovens. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quanto aos problemas verificados nas infraestruturas da EPHM, segundo informação do Senhor Engenheiro João Gabriel, serão necessários entre duzentos e cinquenta mil euros (250.000,00€) a trezentos mil euros (300.000,00€) para obviar os problemas mais básicos da escola. ----------

Como é de conhecimento o Município vai investir trezentos mil euros (300.000,00€) na Casa do Povo, quase obrigado. Refletiu que estar no Executivo é ter que fazer escolhas, contudo pesando numa balança as duas situações, surge a dúvida se as obras na EPHM não seriam mais urgentes. ----------

Por último, informou que não foi possível redigir atempadamente a ata da última reunião, visto que os dias úteis que mediaram as duas reuniões foram escassos, portanto na próxima reunião serão submetidas à apreciação do Órgão Executivo as duas atas. ----------

---------- **Ordem do Dia.**----------

Deliberação sobre a adjudicação da empreitada "Estrada Verde Manteigas/Covão da Ponte" (Concurso Público). ----------

------- Foi presente, para deliberação, o Relatório Final do Júri do concurso público da empreitada "Estrada Verde Manteigas / Covão da Ponte", no qual se propõe a adjudicação da referida empreitada à empresa BIOSFERA – Construções Unipessoal, Lda., pelo valor de 285.867,50€ (duzentos e oitenta e cinco mil oitocentos e sessenta e sete euros e cinquenta cêntimos), a acrescer de IVA à taxa legal em vigor. ----------

------- O Senhor Presidente tomou a palavra para explanar a sua opinião, sobre a matéria em apreço, e apresentar a sua proposta. ----------

Refletiu que, face à importância do ponto e à deliberação tomada, na última reunião, sobre o procedimento de Requalificação da Casa do Povo, que condicionou o Município a um investimento de cerca de trezentos mil euros (300.000,00€), a adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe custaria, igualmente, ao Município cerca de trezentos mil euros (300.000,00€), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor. Pelo que a sua proposta vai no sentido de a Câmara deliberar adiar a votação deste ponto para uma próxima reunião. ----------

Explicou que esta proposta se baseia no facto de ter recebido a notícia que a CIM BSE deu o parecer desfavorável a esta candidatura. ----------

Elucidou que "Estrada Verde" é o nome pomposo que foi dado à requalificação da estrada, desde o cruzamento da Estrada Nacional 232 até à Cruz das Jogadas e daí para baixo, sendo este último troço o que se encontra em pior estado de conservação. Explicou que foi dado este nome "Estrada Verde" à referida obra, porque abriu um aviso, cuja candidatura tinha de ser de valorização do património natural. ----------

Clarificou que aquilo que se entendeu como valorização do património natural, foi: Manteigas tem naquele local trilhos, tais como a Rota das Faias e a Rota do Mondego Selvagem; há ali

percursos de BTT; bem como o acesso ao próprio Covão da Ponte, sendo que este último é um equipamento dos Baldios, que apesar de estar fechado atrai a visita de muitos Manteiguenses. Por esse motivo entendeu-se que se deviria designar de "Estrada Verde", contudo de estrada verde tem muito pouco, pois o projeto visa somente o asfalto. ----------

Explanou que o aviso tem uma parte, que estão a tentar aproveitar para contornar esta situação, pois refere que a valorização do património natural pode ser no sentido de se abrir mais um trilho; a construção de um miradouro; bem como a sinalética. ----------

Quando um projeto, apesar de ser estrada, dá acesso a todos os percursos que já existem, o aviso refere que pode haver asfalto, mas não pode ser a grande percentagem da intervenção. A título de exemplo referiu que, supondo que tínhamos dez miradouros para fazer pelo caminho, ou abrir dez percursos e o asfalto era apenas 10% do projeto, a candidatura era enquadrável. Mas, tal como já se percebeu, o projeto não tem nenhum miradouro, nem tem mais nada a não ser a colocação de asfalto. ----------

É verdade que a estrada necessita de um pavimento novo, inclusivamente a estrada do Covão da Ponte para o Folgosinho foi requalificada há pouco tempo e está muito melhor do que o acesso de Manteigas ao Covão da Ponte. ----------

A CCDR ainda não se pronunciou, mas a CIM já emitiu a opinião desfavorável, sendo que CCDR não vai mudar o entendimento da CIM. Quando uma candidatura chumba na CIM, também chumba na CCDR. ----------

Informou que, nesta data, teve uma reunião com a CIM, na qual foi informado que essa entidade já tinha indeferido três candidaturas, as únicas que Manteigas tinha ao património natural: Estrada Verde; Manteigas no Trilho; Requalificação do Tinte (o letreiro que já foi executado, mas que não colheu acolhimento junto da CIM); e a Requalificação da Fonte Santa, outra candidatura dada como adquirida. ----------

Explicou que ao perceber esta situação, ligou para o Senhor Secretário Executivo da CIM, que lhe confirmou esta situação, portanto Manteigas tinha através do Pacto cerca de quinhentos mil euros (500.000,00€), que vai perder pois nenhuma das candidaturas teve acolhimento favorável.

O Quadro Comunitário será concluído até 2023, sendo que neste cenário Manteigas pode chegar a 2023 sem fazer nada, uma vez que já não vai haver mais avisos, tudo o que está para trás é o que está a decorrer e as candidaturas supracitadas, em princípio, serão todas reprovadas. ----------

Na presente data reuniu com o Senhor Vereador Sérgio Marcelo, com o Senhor Engenheiro João Gabriel, com o Senhor Engenheiro João Carvalhinho e com o Senhor Dr. António Miralves, e pela primeira vez na história da CIM e do Município, aquela entidade vem a Manteigas ver *in*

loco as obras. Isto porque a CIM indeferiu a candidatura da Fonte Santa e a candidatura Manteigas no Trilho, por considerar que estas obras são de requalificação de estradas. ----------
A Câmara tem um entendimento diferente e pretende dar a volta à situação, fazer a justificação superveniente, referindo que no Tinte não se mexeu num centímetro de estrada, sendo que aquele local é o início dos trilhos, embora falte aí um painel indicativo que refira que dali saem várias rotas. Por outro lado, tentar-se-á justificar que o local é um miradouro invertido. ----------
O objetivo é que a CIM peça à CCDR a devolução dos processos, para informarem que houve um novo entendimento e enviarem um parecer favorável para a CCDR. Explanou que há alguns argumentos fortes, pois neste momento a CCDR quer execução e estes projetos estão feitos. ---
Refletiu que a sua preocupação foi perceber se a CIM estaria disponível para ajudar o Município, fazendo pressão junto da CCDR, tendo essa entidade demonstrado total disponibilidade, até porque há mais Municípios com candidaturas na mesma situação. A questão é que Manteigas não tem mais nenhuma candidatura apresentada a estes avisos, o que significa que até 2023 pode ver os outros Municípios a executarem e a acabarem projetos e Manteigas não. ----------
Considerou que pelos motivos avocados o Órgão Executivo deveria adiar a votação do assunto em apreço, pelo menos até a CIM vir a Manteigas e perceber-se se o Município pode ver as candidaturas aprovadas e obter o respetivo financiamento. ----------
O Executivo tem de decidir se quer gastar trezentos mil euros (300.000,00€) para asfaltar uma estrada, quando há outras matérias às quais se tem de dar execução, pois caso se avance com este projeto, e se candidatura não for aprovada, é o Município que vai pagar a despesa da obra, no montante já avocado. ----------
Em suma, são trezentos mil euros (300.000,00€) para a Casa do Povo, mais trezentos mil euros (300.000,00€) para a Estrada Verde, logo é necessário verificar o que sobra para as restantes opções políticas que o Órgão Executivo pretende fazer. Chamou à atenção que se a Câmara aprovar todos os projetos supracitados, os próximos quatro anos vão ser geridos pelas opções tomadas pelo anterior Executivo, uma vez que os Quadros Comunitários fecharam e o Quadro Comunitário 2020-2030 ainda não se sabe como vai ser. ----------
Deixou a ressalva de que já há direitos adquiridos por parte da empresa que concorreu, que terá direito a ser indemnizada pelos custos que incorreu na preparação da proposta. Neste contexto, o Município tem duas opções: ou incorre numa despesa entre dez e quinze mil euros de indemnização à empresa; ou incorre numa despesa de trezentos mil euros (300.000,00€) de execução da obra. Contudo, é importante ter consciência que esta decisão não sai gratuita para o Município. ----------
Na sua opinião, a proposta mais segura é esperar que a CIM venha ao Município, sendo que se irá marcar uma reunião com a Senhora Presidente da CCDRC no sentido de se exercer pressão,

pois Manteigas tem direito ao valor de quinhentos mil euros (500.000,00€), do Pacto da CIM, para a execução de projetos, contudo as candidaturas apresentadas não vão ter acolhimento. Então este valor vai ser atribuído a outro Município em *overbooking*. ----------

Em suma, quem vai tirar partido desta situação são os Municípios financeiramente mais fortes, que arriscaram, fizeram obras, têm execução, sendo isso que interessa à CCDR, que à semelhança dos Município também necessita de execução orçamental. ----------

Concluiu, reiterando que por todos os argumentos apresentados, a sua proposta vai no sentido de adiar a votação deste assunto e trazê-lo novamente à apreciação da Câmara quando se obtiver mais informação. ----------

------ Após discussão do assunto em apreço a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, adiar a votação supra. ----------

------ Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Deliberação sobre isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público (esplanadas), correspondente aos períodos de confinamento (COVID-19). ----------

------ Foi presente, para deliberação, a proposta de isenção do pagamento de taxas de ocupação de espaço público (esplanadas) na área do Município de Manteigas, pelo período de seis meses, no âmbito da pandemia da doença COVID-19. ----------

------ O Senhor Presidente fez uma breve explanação sobre o assunto em apreço. Deu nota que este é um tema que tem andado para a frente e para trás, com uma extensa tramitação, desde o dia 11 de Fevereiro de 2021, em que o requerimento deu entrada no Município. ----------

Aludiu que o Órgão Executivo teve acesso aos pareceres, como tal apenas ia fazer uma resenha da situação. No dia 22 de abril decorreu a reunião de Câmara onde o assunto foi debatido e subsequentemente retirado o ponto, com o argumento de que a isenção de taxas deve ser geral, para todos os empresários que se encontrem na mesma situação. ----------

A designação do ponto, que passaria a figurar na ordem do dia, era *"isenção de taxas de ocupação do espaço público"*. Ou seja, não só para o requerente em causa, mas para todos os que tivessem nas mesmas condições. ----------

O Senhor Presidente, na altura, ficou com a função de efetuar um despacho que seria submetido a deliberação da Câmara na reunião seguinte, mas tal não aconteceu. ----------

Em 20 de outubro de 2021 a DPOU informou que o requerente continua a questionar os serviços do Município, tendo procedido ao pagamento das taxas em dívida até abril de 2021. À presente data o requerente continua sem uma resposta da parte do Município de Manteigas ao requerimento por si apresentado. ----------

Explanou que ao ler os pareceres proferidos, bem como a opinião política demonstrada na altura, ficou confuso, tendo redigido um despacho que lhe pareceu ser a solução mais

equilibrada e aquela que faria mais sentido, e que se passa a citar: "*Os estabelecimentos viram-se impedidos de abrir portas sensivelmente durante mais ou menos seis meses (total do 1º e 2º confinamento), pelo que a partir do momento em que as medidas de desconfinamento foram iniciadas houve uma procura acentuada de estabelecimentos com esplanadas, onde as medidas eram menos restritivas. Face ao exposto, penso que será conveniente preparar um despacho de isenção de pagamento de ocupação do espaço público de âmbito geral e que isente os comerciantes do pagamento de 6 meses de taxas.*

Parece-me uma solução equilibrada e que compensa efetivamente o período de tempo em que as esplanadas estiveram encerradas por força da lei." ----------

Sublinhou que a solução proposta está ao abrigo da lei 06/2020, que contempla o regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença Covid-19. O artigo n.º 2 refere que passou a ser da competência da Câmara, sem necessidade de aprovação do regulamento o reconhecimento do direito à isenção, prevista no n.º 9 do artigo 16º da lei 73/2013 de 03 de setembro. No entanto, o mesmo refere que a isenção não pode ter duração superior ao termo do ano civil em curso e encontra-se em vigor até 31/12/2021. ----------

Face ao exposto, propôs a isenção da taxa de ocupação da via pública a todos os comerciantes durante seis meses, desde julho de 2021 até ao limite legal definido na lei, 31 de dezembro 2021. Esclareceu que, embora estes não sejam os meses que os estabelecimentos estiveram fechados, mas são os meses que estes pagaram uma taxa sobre a ocupação de um espaço público (esplanadas), sobre o qual não tiraram qualquer proveito. ----------

Em termos legais a Câmara está habilitada para conceder a referida isenção, contudo gostaria de ouvir a opinião dos Senhores Vereadores sobre esta matéria. ----------

------- O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares tomou a palavra, concordou com a proposta apresentada, considerando-a equilibrada e justa para os comerciantes, até porque a receita que daí adviria para o Município é insignificante. ----------

------- O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes, no uso da palavra, sublinhou que no período de março de 2020 até junho 2020 e depois de janeiro de 2021 até abril de 2021, efetivamente, os empresários não tiveram a oportunidade de terem os seus negócios abertos, pelo que tiveram as suas esplanadas instaladas, mas sem que daí tenham obtido qualquer vantagem económica. ----------

Declarou que, por esse motivo, os Vereadores do PS são a favor da isenção da referida taxa. Por outro lado, na sua opinião, o Município podia ter a mesma sensibilidade para com os empresários, que durante o período pandémico tiveram os espaços arrendados e que, também, não viram qualquer tipo de isenção ao pagamento de renda. ----------

Do seu ponto de vista, é justo que o Município também dê uma palavra a esses empresários, sendo que tinha conhecimento que alguns deles remeteram alguns pedidos ao Município, que não foram atendidos, não entendendo o motivo dessa decisão. Aludiu que, eventualmente, nesses casos os valores serão mais elevados do que as importâncias a pagar pelas taxas de esplanadas, ainda assim, se calhar para a Câmara seriam verbas residuais no seu orçamento, enquanto que para os empresários (que não conseguiram trabalhar) faria toda a diferença. ------

Face ao exposto, solicitou ao Senhor Presidente que haja alguma atenção para com esses empresários, no sentido de se apurar se há cobertura legal para os isentar do pagamento dessas rendas e, caso exista, trazer à apreciação do Órgão Executivo esses casos. ----------

------ O Senhor Presidente esclareceu que, na altura, o anterior Executivo entendeu que deveria ajudar os agentes económicos de uma outra forma, através da redução em 50% das taxas de água e saneamento, bem como através da alteração do Regulamento de Apoio à Fixação das Empresas, para o qual garantiu apoio financeiro até trezentos mil euros (300.000,00€) em orçamento, e que veio premiar quem manteve os postos de trabalho. ----------

No que concerne à isenção do pagamento de rendas, por parte dos concessionários da Câmara Municipal, há dúvidas quanto a essa matéria, embora também não tenha sido feito esse levantamento. Sublinhou que há situações sensíveis por resolver em relação à exploração de equipamentos Municipais, de não pagamento de rendas desde o início do ano e sobre as quais tem de se perceber o que está a acontecer. ----------

Anuiu que pode ser feito esse enquadramento legal, contudo tal isenção já seria extemporânea.

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em epígrafe. ----------

------ Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Deliberação sobre o compromisso plurianual – Aquisição de serviços de higiene, saúde e segurança no trabalho para o triénio 2022/2024. ----------

------ Foi presente, para deliberação, o compromisso plurianual – Aquisição de serviços de higiene, saúde e segurança no trabalho para o triénio 2022/2024, no qual se propõe a adjudicação à empresa MEDOCUF, pelo valor de 9.078,30 € (nove mil e setenta e oito euros e trinta cêntimos), com IVA já incluído. ----------

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o compromisso plurianual mencionado em epígrafe. ----------

------ Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Deliberação sobre a designação do representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------- Foi presente, para deliberação, a designação da Senhora Dra. Odete da Graça David Ganilha como representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. ----------

------- O Senhor Presidente, no uso da palavra, fez uma breve explanação sobre o assunto em apreço. Referiu que, por norma, costuma ser designado um elemento do Executivo como representante na CPCJ. Explicou que houve o entendimento, que a pessoa com mais conhecimentos nessa matéria e que já colabora há muito tempo com a CPCJ, é a Senhora Dra. Odete Ganilha, Chefe de Gabinete. Face ao exposto, propôs que mesma seja designada pelo Órgão Executivo como representante do Município na CPCJ de Manteigas. ----------

Solicitou que os Senhores Vereadores manifestassem o seu entendimento sobre a referida proposta. ----------.

------- O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares fez uso da palavra, esclareceu que no seu entendimento o ponto em apreço nem sequer precisa de vir à apreciação da Câmara, uma vez que ao assunto em causa cai na competência delegada no Senhor Presidente, alínea *mm)* da Lei nº 75/2013, de 12 setembro, *designar os representantes do Município nos conselhos locais*. ----------

Assim sendo, considerou que o Senhor Presidente pode fazer um despacho a nomear a Senhora Dra. Odete Ganilha. Ainda assim, deixou claro que concorda com o nome proposto, tendo recordado que já na anterior comissão da CPCJ, ele próprio tinha proposto o nome da Senhora Dra. Odete Ganilha como representante do Órgão Deliberativo na CPCJ de Manteigas.

------- A Senhora Dra. Gabriela Cravinho, após lhe ter sido concedida a palavra pelo Senhor Presidente, esclareceu que a referida proposta pode ser enquadrar na delegação de competências que foi feita ao Senhor Presidente, mas não há nada de irregular em a Câmara votar o assunto em apreço. ----------

------- O Senhor Presidente solicitou que a Câmara votasse o ponto supracitado, ficando assim reforçada a opinião do Órgão Executivo. ----------

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, designar a Senhora Dra. Odete da Graça David Ganilha como representante do Município na CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. ----------

------- Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Deliberação sobre o edital referente à hasta pública para locação de dois espaços destinados a bar, sitos no Pavilhão Municipal, no âmbito do "Mercadinho de Outono – Manteigas 2021". ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

------ Foi presente, para deliberação, o edital referente à hasta pública para locação de dois espaços destinado a bar, sitos no Pavilhão Municipal, no âmbito do "Mercadinho de Outono – Manteigas 2021", com a seguinte correção:

- **No ponto 10 *"Deveres do Adjudicatário"*, do referido Edital, <u>onde se lê</u>:**

"Cumprir o seguinte horário:
Dia 26 de Novembro : Encerramento ao público – No final do espetáculo;
Dia 27 de Novembro: Encerramento ao público – No final do espetáculo;"

<u>Deverá ler-se</u>:
"Cumprir o seguinte horário:
Dia 26 de Novembro : Encerramento ao público – 03:00 horas;
Dia 27 de Novembro: Encerramento ao público – 03:00 horas;"

------ O Senhor Presidente clarificou que trata-se de um evento dentro do "*Faias Serra da Estrela*", cuja divulgação se prevê que seja efetuada ainda na presente data. ----------

------ O Senhor Vereador Tomé Isento Branco Lopes tomou a palavra, tendo deixado apenas uma nota, que também já tinha partilhado com o Senhor Vereador Sérgio Marcelo, relativamente à questão de os bares não terem um ponto de água e de esgoto. No seu ponto de vista, é impossível trabalhar dessa forma, contudo fazia votos que os empresários também se reinventem e isto não seja um obstáculo, mas uma oportunidade para os mesmos. ----------
Saudou a mudança do local do evento, mesmo tendo a referida condicionante. ----------
Alertou que quem concorre à hasta pública desconhece a hora de encerramento, pois a mesma não está definida no edital em causa, apenas refere que é no final do espetáculo, o que pode fazer alguma diferença para quem concorre. ----------

------ O Senhor Vereador Nuno Manuel Matos Soares sugeriu que a hora de encerramento fosse à 03h00 da manhã, uma vez que o regulamento municipal refere que, em fins-de-semana e vésperas de feriados, os cafés e bares podem estar abertos até 03h00. Portanto, por questão de coerência e concorrencial leal, deve o horário de encerramento ser o mesmo. ----------

------ Submetido a votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido edital com a correção supracitada. ----------

------ Esta deliberação é aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

Votação das deliberações a tomar em minuta para produzir efeitos imediatos. ----------

------ Foi proposto que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos os pontos 2.1; 2.2; 2.3 e 2.4. Colocada à votação tal proposta foi a mesma aprovada por unanimidade. ----------

CÂMARA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Finanças Municipais. ----------

------- Foi presente o Balancete de Tesouraria, respeitante ao dia de ontem, que acusa um saldo em dinheiro no montante de um milhão, oitocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis euros e cinquenta cêntimos (1.832.486,50€). ----------

------- E nada mais havendo a tratar, sendo cerca das dezasseis horas foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a presente reunião. ----------

------- Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Vereadores presentes e por mim _____ Ana Catarina Rabaça Pereira, Assistente Técnica, que a redigi.----------